



Conferência
sobre o **Futuro**
da **Europa**



© atk work - Shutterstock

Uma nova narrativa para a Europa

Resolução do CESE sobre a Conferência
sobre o Futuro da Europa

Abril de 2021



Comité Económico
e Social Europeu



**Grupo Eventual
para a Conferência
sobre o Futuro da Europa**

RESOLUÇÃO

Comité Económico e Social Europeu

Uma nova narrativa para a Europa

Resolução do CESE sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa

Relatores: **Stefano Mallia** (Grupo I)
Oliver Röpke (Grupo II)
Séamus Boland (Grupo III)

Na reunião plenária de 27 e 28 de abril de 2021 (sessão de 27 de abril), o Comité Económico e Social Europeu adotou a presente resolução, por 228 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções.

- 1.1 A Conferência sobre o Futuro da Europa («a conferência») proporciona uma oportunidade única à Europa para se reaproximar e dialogar com os cidadãos europeus, nomeadamente através de intervenientes da sociedade civil, dando-lhes a possibilidade importante de se expressarem sobre o seu futuro comum. Chegou o momento de concretizar a promessa constante do artigo 11.º do Tratado da UE de dar aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de ação da União e estabelecer um diálogo aberto, transparente e regular com as associações representativas e com a sociedade civil.
- 1.2 O Comité Económico e Social Europeu (CESE) considera que o êxito da conferência dependerá igualmente da capacidade de traçar uma nova narrativa para a Europa, assente nas realidades da vida quotidiana, com as quais os cidadãos europeus se identificam. Tal narrativa deve ser mais do que uma lista de realizações; deve ser, pelo contrário, uma ligação racional e emocional concreta entre a UE e os seus cidadãos. Os temas estratégicos devem inscrever-se numa perspetiva comum, a fim de evitar os riscos de uma Europa «à la carte». O objetivo é redescobrir e renovar um sentido tão necessário de comunidade fundada em valores partilhados, gerando uma nova dinâmica europeia para enfrentar os desafios atuais e futuros.
- 1.3 O CESE tem ligações profundas com todos os quadrantes da vida (empregadores, sindicatos, sociedade civil em geral) em todos os Estados-Membros; assim, está em melhor posição para envolver efetivamente a sociedade civil organizada, *uma vez que dispõe das redes adequadas para o fazer. É desta forma que obtém, incontestavelmente, os seus conhecimentos especializados e é esta a sua razão de ser.* É essencial a participação permanente do CESE durante todo o processo da conferência, incluindo no Conselho Executivo.
- 1.4 O CESE deve estar plenamente integrado na governação da conferência, estando determinado a apresentar propostas sólidas e claras, assentes na sua narrativa e visão para a UE das próximas décadas. O Comité reitera a sua firme convicção de que a conferência tem de apresentar propostas e soluções que façam uma diferença verdadeira e concreta para os cidadãos da UE. Por conseguinte, é fundamental que a conferência avance de forma concreta e mensurável e não conduza apenas a debates não vinculativos com os cidadãos sem quaisquer resultados. Assim, a proposta do vice-presidente da Comissão, Maroš Šefčovič, de incluir as conclusões da conferência no programa de trabalho da Comissão, em 2022, é um passo na direção certa. Este é um ponto essencial que sustenta a credibilidade e a ambição de todo este processo político.
- 1.5 A governação da conferência deve definir o âmbito e o objetivo da participação dos cidadãos e da sociedade civil, a enunciar desde o início. Conhecer o objetivo dos instrumentos de participação pode também contribuir para alinhar os objetivos com os meios disponíveis, tanto em termos de conceção de processos como de orçamento. A governação terá certamente de recorrer a formatos e métodos diferentes de participação, dependendo da fase e do nível em determinado momento, e encontrar formas de chegar aos europeus que não estão motivados para participar. O contributo dos cidadãos e da sociedade civil deve ser aproveitado pelos

representantes políticos e pelas instituições ou refletido nas decisões, sob pena de a sua confiança nestes exercícios poder desaparecer. Há que evitar expectativas demasiado altas. Um mecanismo de retorno de informações assegurará que as ideias expressas durante os eventos da conferência dão lugar a recomendações concretas para a ação da UE.

- 1.6 O calendário curto da conferência impõe limitações a todos os participantes, devendo, portanto, ser entendido como ponto de partida de um processo contínuo para dialogar mais com os cidadãos da Europa, com base neste período inicial. Cabe aproveitar esta oportunidade para alterar o paradigma e o nível de ambição em todos os domínios estratégicos, incluindo a política económica, social e ambiental.
- 1.7 Todos os intervenientes devem acompanhar e abordar as deliberações da conferência com abertura de espírito, sem tirar conclusões sobre as primeiras etapas, mantendo todas as opções em cima da mesa. Neste contexto, nos últimos anos, a UE lançou algumas iniciativas e instrumentos, que devem, agora, ser aplicados. Há que promover o acompanhamento periódico da execução, bem como a comunicação de informações atualizadas sobre os progressos realizados a nível da UE no que diz respeito às medidas adotadas e aos instrumentos disponíveis.

2. **Uma nova narrativa para a Europa – Europa: um lugar excelente para viver e prosperar**

- 2.1 Neste contexto, o CESE propõe uma nova narrativa para a Europa que ligue o passado distante e recente da Europa ao presente e proporcione uma visão para o futuro baseada na cooperação transfronteiras, reforçando os laços entre os povos da Europa, e assente em valores de solidariedade, justiça social, cooperação entre gerações, igualdade de género, prosperidade sustentável e transições ecológica e digital justas. É imperativo mobilizar o apoio público a estes valores, a fim de repensar os nossos modelos de crescimento e governação em prol da sustentabilidade, construir uma sociedade mais equitativa e colocar as organizações da sociedade civil no centro de tal reconstrução e recuperação.

Os nossos cidadãos necessitam de uma Europa que:

- reconhece que a sociedade civil é a guardiã do bem comum e parte integrante da apresentação de soluções para os desafios comuns da Europa;
- se centra numa recuperação justa e sustentável da crise da COVID-19, abrindo caminho a uma sociedade mais integradora e reforçando a competitividade a longo prazo, tendo plenamente em conta as crises sociais, económicas, democráticas, demográficas e climáticas interligadas nos Estados-Membros da UE, a necessidade das transições ecológica e digital, bem como as alterações estruturais de longo prazo desencadeadas pela pandemia. A economia da Europa deve receber pleno apoio para recuperar o terreno perdido, tendo em conta a necessidade de convergência ascendente, maior coesão, proteção social, mais investimentos nos serviços públicos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a redução da pobreza;
- apoia a recuperação social e económica, o empreendedorismo, a transição justa, a criação de emprego de qualidade, a educação e a aquisição de competências, a inovação, o investimento

social e em infraestruturas, a descarbonização, a digitalização, a conclusão do mercado único e a integração económica e monetária;

- protege todos os seus cidadãos, incluindo os mais marginalizados, salvaguardando a sua saúde e segurança, o seu bem-estar, o ambiente e a biodiversidade;
- respeita e promove a diversidade, a igualdade de género, os direitos fundamentais, a democracia, o diálogo social e a governação integradora; e
- promove a paz, a segurança e o progresso no mundo, através do multilateralismo, da promoção da democracia e do Estado de direito, dos direitos humanos, do diálogo social, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da diplomacia e do comércio aberto, justo e sustentável.

2.2 O CESE reconhece unanimemente que a dupla transição, ecológica e digital, é da maior importância para reforçar a competitividade sustentável, a solidariedade e a capacidade de resistência da Europa para lidar com crises futuras. A pandemia de COVID-19 foi a crise mais grave que a UE enfrentou desde a sua constituição. A pandemia exacerbou a necessidade de a UE ser capaz de dar respostas fortes e coerentes que melhorem as dimensões política, sanitária, económica e social da UE. Esta conferência proporciona à UE uma oportunidade única para alcançar tal resultado.

O impacto da COVID-19 nos nossos cidadãos, nas nossas sociedades e nas nossas economias põe em evidência a necessidade de uma abordagem europeia comum. A pandemia mostrou que existem motivos fortes para agir em conjunto, mas também expôs as deficiências na forma como a Europa lida com tais desafios essenciais. Numa época de «crise permanente», a UE necessitará de reforçar a sua capacidade para lidar com crises, a fim de obter os resultados que os cidadãos europeus querem e merecem.

2.3 Com esta crise, tornou-se patente que a UE deve envidar mais esforços para garantir que as empresas, os trabalhadores e as pessoas em situação de pobreza e exclusão social são devidamente protegidos do impacto dos desafios recentes e futuros. A COVID-19 também tornou clara a necessidade de apoiar a competitividade sustentável e de aumentar os investimentos em serviços de saúde, cuidados, educação e sociais de qualidade em toda a UE. Será essencial aprofundar a coordenação no domínio da saúde a nível da UE, combater melhor as ameaças transfronteiriças para a saúde e reforçar os sistemas de saúde da UE.

2.4 A UE pode contar com pontos fortes fundamentais, tais como o seu mercado interno, que é um dos maiores mercados do mundo, ou um conjunto de valores fundamentais não negociáveis¹ que são parte integrante da sociedade e da democracia europeias, e com a solidariedade, como demonstrado por um ambicioso Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que exige a execução eficiente dos planos nacionais de recuperação. O objetivo principal da UE tem de ser o reforço do nosso modelo social de economia de mercado, em que uma economia sustentável e competitiva e políticas sociais bem estabelecidas são indissociáveis. Em consequência, há que avançar na concretização do Pacto Ecológico Europeu – que o CESE acolheu favoravelmente desde o início. O Pacto Ecológico é a nova estratégia europeia de crescimento, que tem no seu cerne a prosperidade, a sustentabilidade e a justiça social. Uma transição justa para um modo de

¹ Artigo 2.º do TUE.

vida com impacto neutro no clima, o fomento de emprego de qualidade e a promoção do empreendedorismo e da inovação sustentáveis, incluindo a economia circular e a economia social, serão essenciais para uma Europa próspera.

- 2.5 No entanto, a UE enfrenta grandes desafios: a pandemia criará mais, e não menos, desigualdades, tanto entre os Estados-Membros como no seio dos mesmos. É por esta razão que devem ser perseguidas as duas faces da moeda: a competitividade sustentável da economia europeia e das empresas de todas as dimensões, em especial as PME, deve continuar a ser reforçada; ao mesmo tempo, a Europa deve adotar uma dimensão social mais ambiciosa e concreta que não esqueça ninguém.
- 2.6 A fim de proteger os seus valores e concretizar as suas prioridades, a UE deve também desempenhar um papel positivo na esfera económica internacional. Num mundo caracterizado por uma forte concorrência e fricção, não só ao nível económico mas também ao nível político, a UE tem de se tornar um ator mundial capaz de defender os seus interesses e valores de forma mais eficaz. A concretização de um certo grau de autonomia estratégica aberta, a fim de manter a capacidade de ação da UE em domínios económicos essenciais, deve ser contrabalançada pela vontade de cooperar para apresentar soluções para os desafios comuns, como as alterações climáticas, e reforçar o sistema multilateral assente em regras.
- 2.7 A pandemia realçou a importância de uma base industrial europeia forte e resistente. A Europa tem de possuir uma política industrial ambiciosa que motive a dupla transição – digitalização e sustentabilidade –, reforçando ao mesmo tempo a competitividade global da Europa. Uma nova política industrial, utilizando uma série de políticas diferentes (incluindo o comércio, as competências, o investimento, a investigação e a energia), deve antever constantemente os setores e motores económicos futuros, criando condições-quadro, incluindo os perfis de competências necessários, para que a indústria europeia possa permanecer na vanguarda da tecnologia e da inovação a nível mundial, gerando emprego de elevada qualidade e crescimento sustentável na Europa. A competitividade, a sustentabilidade e a justiça social também salvaguardarão o modelo socioeconómico da Europa para o futuro.
- 2.8 É essencial que a UE aproveite esta oportunidade para modernizar e transformar os seus setores industriais e respetivas cadeias de abastecimento, para que continuem a ser competitivos num mundo com emissões mais baixas. Para responder aos desafios associados às transformações de longo prazo, é necessário que os decisores políticos, os parceiros sociais, as organizações da sociedade civil e as principais partes interessadas destes países e regiões prevejam as mudanças e adotem uma gestão ativa da transição. O diálogo social e a informação, a consulta e a participação dos trabalhadores e das organizações que os representam são essenciais para gerir as transições de forma prospetiva. Tal será absolutamente fundamental para a Europa, dado que só colocando tanto as empresas como os trabalhadores no cerne da recuperação e das políticas futuras a Europa poderá ser bem-sucedida. A competitividade e a inclusividade têm de andar a par: os Estados-Membros com melhor desempenho em termos económicos são os que têm os padrões sociais mais elevados, e não o contrário.

3. **Papel do CESE**

- 3.1 Para reforçar o papel do CESE, é necessário demonstrar a sua relevância e valor acrescentado enquanto órgão consultivo, com base na sua função única de colmatar o fosso entre os decisores políticos e a sociedade civil, entre os diferentes intervenientes da sociedade civil e entre os intervenientes a nível nacional e europeu. Em especial, importa criar um debate transnacional que interligue os debates europeus a nível dos Estados-Membros.
- 3.2 A posição do CESE deve resultar de um verdadeiro debate, começando pelo contributo dos intervenientes da sociedade civil e evoluindo da base para o topo. Tal abordagem é a única que garante que todos os pontos de vista são tidos em consideração e que produz resultados claros e eficientes.
- 3.3 Será pertinente estabelecer uma cooperação com o Comité das Regiões Europeu (CR) e organizar missões «Going Local» em conjunto, no pleno respeito das competências diferentes, mas complementares, das duas instituições.
- 3.4 O CESE é incentivado a agir, através dos seus membros no plenário da conferência e dos seus observadores no Conselho Executivo, enquanto intermediário institucional entre a conferência e as organizações nacionais que representam a sociedade civil.
- 3.5 O CESE constituiu um grupo eventual, que definiu um roteiro com os seguintes objetivos:
- melhorar as formas de envolver e estabelecer ligações com os intervenientes da sociedade civil, em especial interagir e mobilizar os círculos onde estão inseridos os membros do CESE no terreno;
 - modernizar e reforçar a função e a influência do próprio CESE;
 - dar um contributo estruturado da sociedade civil para a elaboração de políticas da UE, apresentando propostas relevantes ao Conselho, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia sobre as formas de melhorar o funcionamento da UE e o trabalho do CESE no processo legislativo.
- 3.6 Informar a Assembleia Plenária do CESE sobre os debates e diálogos nos Estados-Membros e na conferência, com a participação de deputados ao Parlamento Europeu, membros do CR, comissários e ministros do Conselho.

4. **Conclusão**

O futuro que queremos: a sociedade civil assume plenamente o controlo

- 4.1 O CESE estima ser necessária uma narrativa forte e partilhada para a União Europeia. Nesse sentido, a Europa tem de ser considerada como: 1) guardiã de valores fundamentais partilhados, como a liberdade, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito, 2) promotora a nível mundial da sustentabilidade, do comércio aberto e justo e do multilateralismo, 3) ancoradouro de um modelo económico e social único fundado na concorrência leal e na solidariedade, num espaço sem fronteiras internas, e 4) motor da prosperidade sustentável, com uma sociedade civil sólida no seu cerne.

- 4.2 A Conferência sobre o Futuro da Europa deve ser o veículo para realizarmos mudanças duradouras na UE, nomeadamente uma participação acrescida e mais significativa dos cidadãos e da sociedade civil organizada na esfera pública europeia. Como primeiro passo neste processo, a sociedade civil deve trabalhar em parceria, em estreita colaboração e em rede, trocar boas práticas e procurar o consenso.
- 4.3 As organizações da sociedade civil são fundamentais para encontrar soluções para os desafios atuais. O CESE solicita que a UE e as autoridades nacionais reconheçam o papel essencial da sociedade civil organizada na criação de confiança, na formação da opinião pública e enquanto agente positivo de mudança. É também imperativo que a UE apoie o papel central desempenhado pelas organizações da sociedade civil na promoção e na defesa dos valores europeus, da democracia, dos direitos fundamentais e do Estado de direito, contra o aumento do antiliberalismo, do populismo e da redução do espaço cívico.
- 4.4 Será essencial, para a renovação e a reconstrução socioeconómica da UE, assegurar que todos os quadrantes da sociedade participam efetivamente na coconceção, coparticipação, coexecução e coavaliação das políticas da UE, nomeadamente dos planos nacionais de recuperação e resiliência e nos futuros programas nacionais de reformas, utilizando as estruturas de consulta existentes, tais como o processo do Semestre Europeu, e reconhecendo explicitamente que a sociedade civil é um parceiro e um beneficiário fundamental no âmbito da execução.
- 4.5 A conceção e a construção de tais sociedades resistentes, equitativas e sustentáveis exigirão iniciativas ascendentes que adotem novas definições de bem-estar e desenvolvimento para além do produto interno bruto (PIB), respeitando ao mesmo tempo as opiniões e os direitos dos cidadãos. Além disso, é fundamental que as limitações aos direitos introduzidas durante a pandemia não prossigam após a COVID-19.
- 4.6 Por último, para o CESE, é também essencial avaliar constantemente as medidas e ações propostas. O CESE dará um contributo sólido para este processo, através dos seus conhecimentos especializados e da sua experiência em dialogar com os cidadãos de todos os quadrantes da sociedade em todos os Estados-Membros da UE.

Bruxelas, 27 de abril de 2021

Christa Schweng
Presidente do Comité Económico e Social Europeu



Conferência sobre o **Futuro** da **Europa**

<https://futureu.europa.eu/>



Comité Económico e Social Europeu

Rue Belliard/Belliardstraat 99
1040 Bruxelles/Brussel
BELGIQUE/BELGIË

Responsável editorial: Unidade de Visitas e Publicações
EESC-2021-27-PT

www.eesc.europa.eu



© União Europeia, 2021
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Para uso ou reprodução das fotografias / ilustrações, é necessário pedir autorização
diretamente ao(s) titular(es) dos direitos de autor.

© Atk work, Shutterstock



Print
QE-08-21-138-PT-C
ISBN 978-92-830-5322-4
doi:10.2864/403005

Online
QE-08-21-138-PT-N
ISBN 978-92-830-5284-5
doi:10.2864/215583

PT